

Parte V - Direito e injustiça

Violência Policial Militar em Porto Alegre no início do século XXI

Mauricio Bastos Russo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RUSSO, Violência Policial Militar em Porto Alegre no início do século XXI. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 316-328. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yccrp/epub/santos-9788538603863.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Violência Policial Militar em Porto Alegre no início do século XXI

Mauricio Bastos Russo*

Elaborar um artigo a partir de uma dissertação de mestrado,¹ como neste caso, obriga o autor a fazer escolhas. Optamos por abrir mão de trazer para o texto a discussão da literatura sobre violência policial existente na pesquisa, por já ser conhecida e apresentar o que o trabalho tem de peculiar: a análise dos dados.

Os dados da pesquisa foram coletados nos meses de maio a julho de 2005, através da análise dos Inquéritos Policiais-Militar (IPM) elaborados pela Corregedoria Geral da Brigada Militar (CGBM) nos anos de 2001 a 2004. A CGBM recebe denúncias de todo o Estado do Rio Grande do Sul, sendo responsável pela investigação, dando seu parecer sobre a ocorrência ou não de crime militar, transgressão disciplinar ou crime comum, cometidos por policiais militares.

No período estabelecido por esta pesquisa, a CGBM instaurou 7.763 IPMs; 1.160 denúncias referiam-se a policiais militares da cidade de Porto Alegre. Para este trabalho, foi estabelecido que a população seria composta por todos os Inquéritos Policiais-Militar, instaurados e concluídos no período estabelecido, que tivessem como origem denúncia de violência policial, tendo como área de abrangência a cidade de Porto Alegre.

A análise dos Inquéritos da Policial Militar permitiu estabelecer o perfil dos denunciantes (sexo, idade, cor, estado civil, local de moradia e profissão), dos denunciados (sexo, idade, cor, estado civil, patente e batalhão), descrição dos fatos (hora, local e relato dos acontecimentos), o andamento das investigações (depoimento dos envolvidos, das testemunhas, identificação dos denunciados) e a conclusão do inquérito. Os relatórios finais das investigações trazem não só a descrição dos acontecimentos, como também ajudam a elucidar de que maneira a polícia se relaciona com as demais parcelas da sociedade. Por ser, num primeiro momento, apenas de uso interno da corregedoria, sua linguagem é mais próxima da “realidade” policial do que relatórios elaborados para distribuição ao público.

1 PERFIL DOS POLICIAIS MILITARES DENUNCIADOS

Foram denunciados 129 policiais militares, sendo que a média foi de 1,93 policiais, para cada um dos 67 Inquéritos Policial Militar analisados. A

faixa etária onde foi encontrado o maior número de casos é dos 30 aos 35 anos (Gráfico 1).

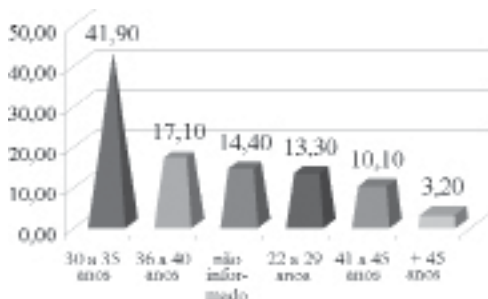


Gráfico 1: Faixa etária dos PMs denunciados (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

Os homens constituem quase a totalidade, com 96,10%, dos denunciados (Gráfico 2).

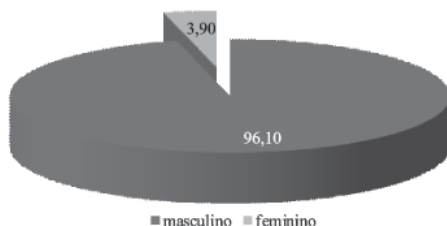


Gráfico 2: Sexo dos PMs denunciados (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

Não foi possível obter dados mais precisos para a variável “cor” dos denunciados. As informações disponíveis foram obtidas, quando possível, no Boletim de Ocorrência ou em fotocópias do histórico profissional. Para os casos informados (desconsiderando a categoria “não informados”), os militares brancos constituem a maioria dos denunciados – 68,80% dos casos.

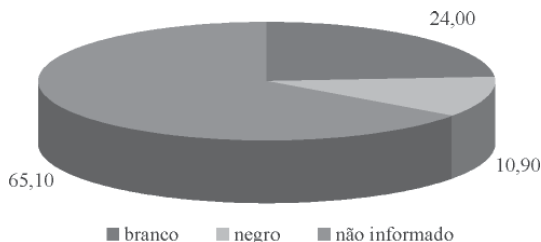


Gráfico 3: “Cor” dos PMs denunciados (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

Também não foi possível obter dados mais precisos em relação ao estado civil dos denunciados. Essa informação poderia ser encontrada em dois lugares: primeiro, na transcrição do depoimento ou no histórico profissional do policial militar.

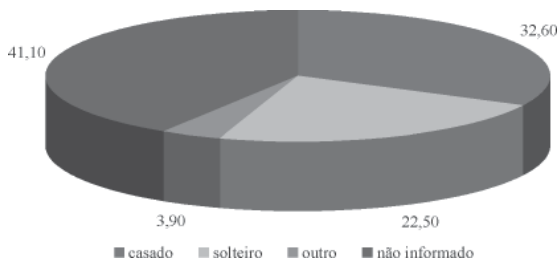


Gráfico 4: Estado Civil dos PMs denunciados (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

Os praças somam 96,10% dos denunciados, na seguinte ordem: soldados com 74,40%, sargentos com 14,70% e cabos com 7% (Gráfico 5). Esses profissionais são os responsáveis pelo patrulhamento ostensivo e, ao contrário dos oficiais, não mantêm um contato diário com a população.

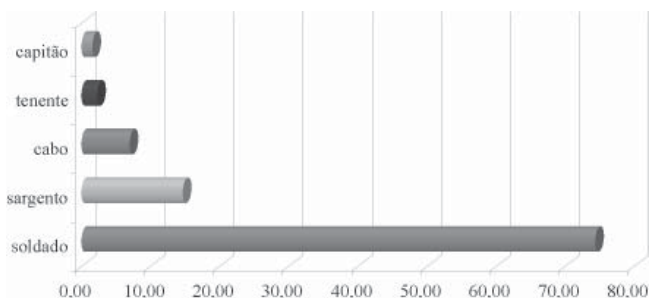


Gráfico 5: Posto dos PMs denunciados (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

A partir dos dados coletados, mesmo correndo o risco deste ter uma mudança substancial devido aos dados não informados, podemos traçar um perfil dos policiais denunciados como sendo: soldados, na faixa etária dos 30 aos 35 anos, brancos e casados.

2 PERFIL DOS DENUNCIANTES

Nos 67 Inquéritos da Polícia Militar analisados, encontramos 102 denunciantes, sendo a média de 1,52 pessoas por denúncia.

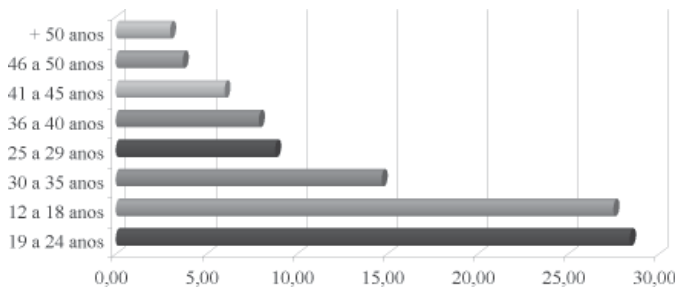


Gráfico 6: Faixa etária dos denunciantes

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

Os homens, com 81,90%, são a maioria dos denunciantes (Gráfico 7).

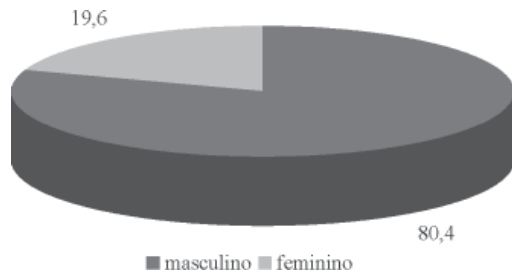


Gráfico 7: Sexo dos Denunciantes (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

Os brancos, com 67,60% das denúncias, constituem a maioria dos casos nesta categoria (Gráfico 8).

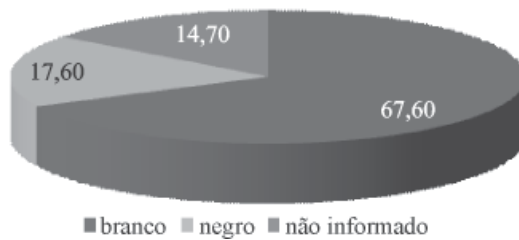


Gráfico 8: "Cor" dos denunciantes (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

Ao contrário do que ocorreu no caso dos denunciados, foi possível obter informação sobre o estado civil dos denunciantes, através de duas fontes: primeira, o Boletim de Ocorrência e segunda, na transcrição do depoimento.

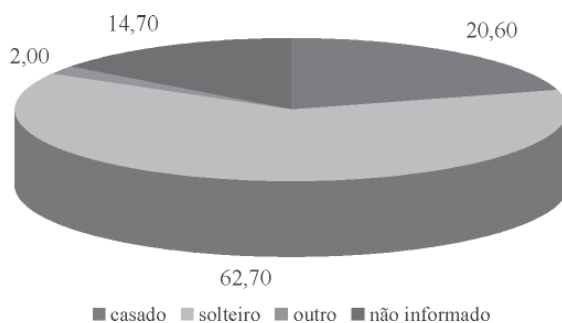


Gráfico 9: Estado Civil dos denunciante (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

As profissões dos denunciante foram agrupadas da seguinte maneira: 1) estudante; 2) funcionário público; 3) comércio (vendedor, comerciante, vendedor ambulante, frentista); 4) serviços (auxiliar de serviços gerais, motorista, auxiliar de pedreiro, vigia, auxiliar de pintor, mecânico, pedreiro, servente, auxiliar de manutenção, técnico em eletrônica, doméstica, *motoboy*, auxiliar de escritório e eletricista); 5) desempregado (desempregado e “flanelinha”); 6) autônomo; 7) indústria (torneiro mecânico); 8) profissional liberal (advogado); 9) aposentado.

Em 27,40% dos casos, não foram informadas as profissões, dos casos válidos, as categorias profissionais mais vitimizadas são, pela ordem: prestadores de serviços, com 21,80%, estudantes, com 20,60% e trabalhadores do comércio, com 15,40% dos casos.

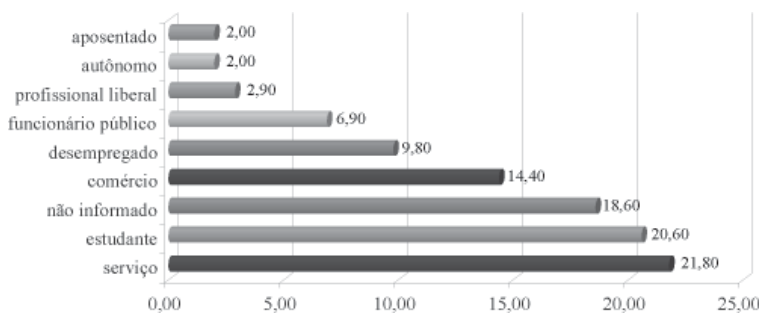


Gráfico 10: Profissão dos denunciante (%)

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

A partir dos dados coletados, mesmo correndo o risco, também neste caso, de haver uma mudança substancial devido aos dados não informados, podemos traçar um perfil do denunciante como sendo: homem, na faixa etária dos 12 aos 24 anos, branco, solteiro e prestador de serviço.

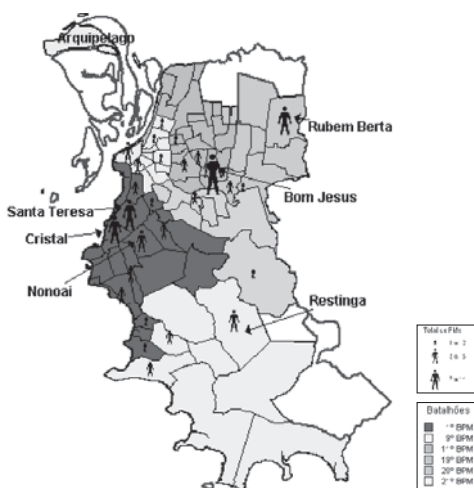
3 GEOPROCESSAMENTO DAS DENÚNCIAS

Estabelecidos os perfis dos denunciados e dos denunciantes, é necessário identificar o local de ocorrência das denúncias. O uso do geoprocessamento facilita a visualização dos locais, permitindo a imediata identificação das áreas com maior número de denúncias. Determinadas as áreas, é possível correlacioná-las com o Batalhão de Polícia Militar (BPM) que atua no local.

As cartografias foram criadas tendo como base a distribuição política dos oitenta e dois bairros de Porto Alegre. Porém, a área de atuação dos batalhões segue uma lógica própria, diferente da distribuição política da cidade, em alguns casos o mesmo bairro é patrulhado por dois batalhões diferentes. O bairro Praia de Belas, por exemplo, tem a área geográfica dividida entre o 1º BPM e o 9º BPM. Para minimizar os possíveis erros, estabelecemos que o BPM responsável pelo patrulhamento da maior parte do bairro apareceria no mapa como responsável pelo seu patrulhamento total. A fonte, para estabelecermos a área de atuação dos BPMs, foi o Informativo do Comando do Policiamento da Capital (2003).

O Mapa 1 apresenta uma correlação entre os bairros onde atuam os seis batalhões que realizam o patrulhamento ostensivo na capital e o local de moradia do denunciante.

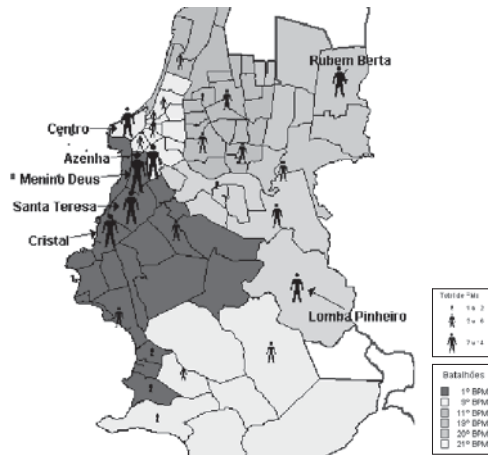
A área de atuação do 1º BPM é a que aparece com o maior número de denúncias, com destaque para os bairros Santa Teresa, Nonoai e Cristal. Nas demais áreas, nota-se que existem bairros específicos onde as denúncias foram maiores: na área do 11º BPM, o bairro Bom Jesus, no 20º BPM, o bairro Rubem Berta e no 21º BPM, o bairro Restinga.



MAPA 1: Área de atuação dos BPMs e local de moradia dos denunciantes

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor

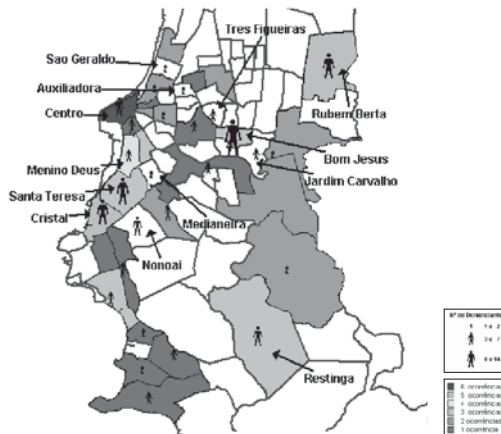
O Mapa 2 apresenta o número total de policiais denunciados segundo a área de atuação do BPM. O 1º BPM é o batalhão que tem o maior número de policiais denunciados.



MAPA 2: Número total de PMs denunciados segundo o BPM

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor.

O Mapa 3 apresenta a correlação entre o local de moradia dos denunciantes e o local dos acontecimentos.



MAPA 3: Local de moradia do denunciante e local da ocorrência

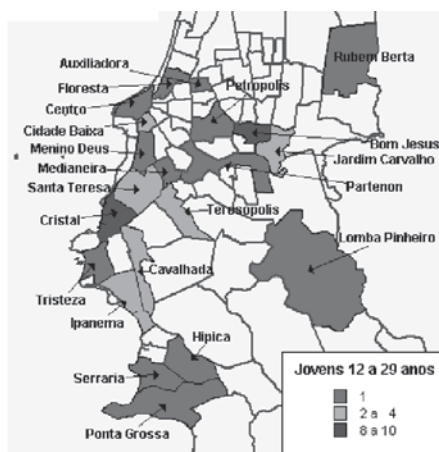
Fonte: CGBM e tabulação especial do autor.

No bairro Centro foi registrado o maior número de ocorrências, desproporcional ao número de denunciadores que ali residem. Nos bairros Cristal, Restinga e Rubem Berta, o número de denunciadores é proporcional ao número de ocorrências.

O bairro Menino Deus tem um número maior de ocorrências do que denunciante, ou seja, pessoas que não residem neste bairro foram agredidas enquanto por ali circulavam. Nos bairros Santa Teresa e Bom Jesus, ocorre o inverso, o número de ocorrências é desproporcional ao número de denunciante, isto é, seus moradores foram vitimados em outros bairros.

No bairro Nonoai não foi registrada nenhuma ocorrência, embora tenhamos um número médio de denunciante que residem neste bairro. Os denunciante residente nos bairros: Auxiliadora, São Geraldo, Três Figueiras, Jardim Carvalho e Medianeira, foram vitimados em bairro diferente da sua residência.

O próximo mapa demonstra a distribuição de jovens, entre 12 e 29 anos, segundo o local de moradia. Os bairros Bom Jesus e Cristal apresentam o maior número de jovens denunciante.



MAPA 4: Denunciante de 12 a 29 anos segundo o local de moradia

Fonte: CGBM e tabulação especial do autor.

O uso de cartografias para análise de desigualdades socioeconômicas e/ou violência e criminalidade já foi elaborado em outra oportunidade. A seguir apresentados alguns dos resultados obtidos por estas pesquisas, dando destaque para os locais de maior ocorrência de denúncias em nossos dados.

O Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (Porto Alegre, 2004) apresenta uma série de cartografias sobre o Índice de Condições de Vida e Índice de Vulnerabilidade Social, segundo as 16 Regiões do Orçamento Participativo (OP). Em anexo encontra-se o mapa com as 16 Regiões OP e a relação completa dos bairros de Porto Alegre.

Os bairros Cristal (Região Cristal), Santa Teresa (Região Cruzeiro), Rubem Berta (Região Eixo Baltazar), Bom Jesus (Região Leste) e Nonoai (Região Centro

Sul), são classificados como locais que possuem² um baixo índice de condições de vida, grande desigualdade de renda, baixo índice de longevidade e taxa de homicídios média (com exceção da Região Centro-Sul que tem taxa baixa).

As Regiões Cristal e Leste possuem uma média porcentagem de domicílios em aglomerados subnormais,³ a Região Cruzeiro uma alta porcentagem e a Região Centro-Sul uma baixa porcentagem para esse indicador. A porcentagem de domicílios em situação de irregularidade fundiária é média nas Regiões Cristal e Leste, baixa na Região Centro-Sul e alta na Região Cruzeiro. O índice de vulnerabilidade infantil é médio nas Regiões Leste, Cruzeiro e Centro-Sul e alto na Região Cruzeiro.

Os mapas de risco, elaborados a partir de dados censitários, criminalidade e violência, agregam dos dados para uma determinada área geográfica, isto não significa dizer que nessa área não existam locais onde a qualidade de vida seja boa.⁴ Também ignoram outros variáveis que compõem o tecido social. Em trabalho anterior, Mapa Social da Violência e da Cidadania (MSVC), parte-se da ideia:

[...] de que uma cidade com experiência de participação política e de construção de cidadania como Porto Alegre, e outras municipalidades, não tem apenas riscos, mas também oportunidades de vida. Portanto, seria falso fazermos uma cartografia apenas dos dados de criminalidade ou de violência sem tentar mostrar o quanto a cidade vive uma tensão entre violência e cidadania. (Tavares dos Santos e Russo, 2004, p. 15).

Dentro dessa perspectiva, se levarmos em consideração variáveis como associação de moradores, escolas, espaços públicos de lazer, postos de saúde, postos da brigada militar, delegacias, entidades religiosas e áreas verdes, construímos um Índice de Qualidade de Vida conforme as Regiões do Orçamento Participativo. A Região Cristal aparece como sendo uma região que apresenta uma boa qualidade de vida, seguindo, pela ordem: Região Leste, Sul, Cruzeiro e Eixo Baltazar que apresenta o pior Índice de Qualidade de Vida.

Voltando a nossa série cartográfica aqui apresentada, esta pode ser resumida da seguinte maneira: a área de atuação do 1º BPM tem o maior número de denúncias e os policiais militares desse batalhão são os mais denunciados.

Os bairros: Centro, Rubem Berta e Cristal são os locais que apresentam o maior número de denúncias. Porém, o bairro Bom Jesus, apesar de ter um número médio de ocorrências, tem o maior número de denunciadores ali residentes. Os bairros que apresentam o maior número de jovens são Cristal e Bom Jesus.

Os denunciadores brancos residem mais nos bairros Rubem Berta, Bom Jesus, Santa Teresa e Cristal. Os negros nos bairros: Centro, Cristal e Restinga. As denunciadoras residem principalmente nos bairros Rubem Berta, Bom Jesus,

Teresópolis e Cavalhada e os denunciantes nos bairros Rubem Berta, Bom Jesus, Santa Teresa e Cristal.

Traçando um paralelo entre nossa cartografia e os dados do MSIEPA, podemos perceber que os bairros Rubem Berta, Cristal, Bom Jesus e Santa Teresa, além de serem locais com baixos índices de qualidade de vida, seus moradores têm maior probabilidade de serem vítimas de violência policial.

No entanto, devemos nos lembrar que o uso de dados agregados pode trazer resultados que, à primeira vista, são gerais para todos os residentes de uma determinada região. Isto pode não ser verdadeiro na medida que experiências como o MSVC demonstra que uma mesma localidade cujos índices de violência e criminalidade são altos, também possui uma série outras de variáveis que influenciam nas relações de convivência daquela comunidade fazendo um movimento entre violência e cidadania, que varia de acordo com o local dentro de uma comunidade.

Exemplo disso são os bairros Cristal e Bom Jesus, localizados nas Regiões Cristal e Leste, respectivamente, que possuem um bom Índice de Qualidade de Vida, conforme o MSVC. As vítimas de violência policial, nestes bairros, são moradores nas áreas mais pobres dos mesmos.

Já os bairros Rubem Berta e Santa Teresa, localizados nas Regiões Eixo Baltazar e Cruzeiro, respectivamente, possuem um baixo Índice de Qualidade de Vida, ainda assim não é possível afirmar que nessas localidades não existam áreas que sejam de menor risco para o caso da violência policial.

Uma consideração final deve ser feita sobre nossa série cartográfica: ela é baseada em denúncias, a opção de fazer ou não uma denúncia é muito particular, variando de caso a caso, e não nos cabe aqui teorizar sobre as motivações que leva alguém a efetuar ou não uma denúncia. O importante é que os dados servem de indícios, pistas que podem ajudar a estabelecer um padrão espacial da violência policial em Porto Alegre.

4 CONCLUSÃO

Embora não se possa afirmar que exista uma relação direta entre pobreza e violência policial, nos bairros (ou áreas específicas dentro destes) de maior vulnerabilidade social, seus moradores são os mais atingidos por essa prática. É o caso dos residentes nos bairros Rubem Berta, Cristal, Santa Teresa e Bom Jesus.

Os bairros que possuem melhores condições socioeconômicas também são locais de denúncias, mas a maioria das pessoas vitimadas nesses locais não era residentes desses bairros – por exemplo, os bairros Centro e Menino Deus.

O perfil dos denunciantes, homens, na faixa etária dos 12 aos 24 anos, brancos, solteiros, com profissões de baixo poder aquisitivo, moradores de localidades pobres, corrobora com o perfil das vítimas de violência policial no

Brasil e na América Latina. A diferença, em relação ao Brasil, é que para os dados nacionais, os negros são mais vitimados, mas devemos lembrar que Porto Alegre possui uma população negra de aproximadamente 16%, o que é próximo do número de denunciadores negros 17,60%, e, se levarmos em consideração que em 14,70% dos casos não foi possível identificar a cor do denunciante, os negros podem estar sobrerrepresentados.

Os policiais militares do 1º BPM aparecem como os maiores alvos das denúncias, sendo também sua área de atuação a de maior número de ocorrências. Nas outras regiões existem bairros específicos que apresentam o maior número de denúncias. Na área do 9º BPM os bairros Centro e Azenha, na área do 11º BPM o bairro Bom Jesus, na área do 19º BPM o bairro Lomba do Pinheiro, na área do 20º BPM o bairro Rubem Berta, e na área do 21º BPM o bairro Restinga.

O bairro Centro, embora possua bons indicadores, é o local de maior número de ocorrências, desproporcional aos denunciadores que ali residem. Com certeza isso é reflexo da população flutuante que por ali transita, indo ou voltando para suas residências.

Do perfil dos policiais denunciados, isto é, soldados, na faixa etária dos 30 aos 35 anos, brancos e casados, o que condiz com o fato de serem os soldados responsáveis pela maioria do policiamento ostensivo e em serem maior número.

Porém, devemos levar em consideração que os oficiais devem ser responsabilizados, seja por autorizar ou por se omitir nos casos de violência dos policiais. Em pesquisa realizada anteriormente (Russo, 2001, p. 21), com dados da Ouvidoria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, demonstramos que, entre os oficiais, o posto que aparece com maior número de denúncias é o de Major, sendo a maioria das denúncias referentes a irregularidades administrativas, injúria, crime organizado e abuso de autoridade todas na mesma quantidade. Entre os Coronéis, o delito mais denunciado é o de ameaça; em relação aos Capitães, a maioria das denúncias é abuso de autoridade, e entre os Tenentes e Tenentes-Coronéis, as irregularidades administrativas.

Passemos para análise dos IPMs. O Inquérito Policial Militar tem como objetivo a apuração sumária de um crime ou transgressão disciplinar e sua autoria. Muitos das lesões provocados pelos policiais militares foram entendidos como “dentro da técnica”, como “uso moderado da força”. Ainda assim, no rigor da lei, o juiz pode considerar como infração como disciplinar, contanto que a lesão não seja considerada culposa, nesse caso a prisão é de dois meses a um ano. A lesão é considerada culposa quando resulta de inobservância de regra técnica de profissão, sendo assim, mesmo as lesões provocadas “dentro da técnica” seriam passíveis de punição.

Por outro lado, devemos louvar as mudanças que têm ocorrido na instituição policial estudada, no caso a Brigada Militar. Primeiramente, nota-se um aumento do número de IPMs, ao longo dos quatro anos estudados, relativos a “excessos” por parte dos policiais militares, que pode indicar uma

tentativa de minimizar os casos de violência policial. Ressaltamos também a busca pela transparência, permitindo que os pesquisadores tenham acesso aos dados da Corregedoria Geral, indo na contramão do que aponta a literatura, sobretudo Bayley.⁵

Os chamados “pequenos excessos” são desconsiderados por aqueles que são responsáveis pelo controle dos policiais militares, ou seja, eles mesmos. O corporativismo, isto é, a tentativa de “proteger” a polícia de um maior controle externo, tem como consequência à impunidade. Esta se torna crescente, provocando uma reação inversa: os responsáveis pela manutenção da lei e da ordem acham-se acima da lei e se permitem provocar desordem, protegidos pelo “manto” da corporação, em nome de uma eficiência contra a criminalidade que até então não tem mostrado resultados práticos.

A real extensão da violência policial militar em Porto Alegre só poderia ser dimensionada através de uma pesquisa de vitimização que alcançasse aquelas pessoas que, pelos mais diversos motivos, decidem não procurar os órgãos competentes para registro da queixa.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CANO, Ignácio. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. *Mapas da inclusão e exclusão social de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Gabinete do Prefeito/Secretaria do Planejamento Municipal, 2004.

RUSSO, Maurício. *Cartografia das denúncias contra violência policial em Porto Alegre – 2000*. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Mimeo.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente e RUSSO, Mauricio. Espacialização das violências em Porto Alegre: cidade complexa e diferenciada. In: *Prefeitura de Porto Alegre e a Segurança Urbana*. Porto Alegre: Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre, 2004.

NOTAS

* Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela UFRGS, doutorando em sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS) e do Laboratório de Estudos da Violência (UFC).

¹ Este artigo foi elaborado a partir da dissertação: “Velhas práticas: seletividade e impunidade. A violência policial militar em Porto Alegre no início do século XXI”, pesquisa realizada pelo autor para obtenção do título de Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2005.

² “O método utilizado é o de construção de índices sintéticos que hierarquizam os territórios em avaliação em uma escala variando entre os valores 0 (zero) e 1 (um). Desse modo, os valores dos índices identificam os patamares superiores e inferiores das condições de vida e desenvolvimento social segundo uma classificação que: (I) valores menores que 0,50 correspondem a um nível de desenvolvimento e qualidade de vida muito baixo; (II) de 0,60 até menores de 0,70 identificam um nível baixo; (III) de 0,70 até menores de 0,80 indicam um nível médio; (IV) de 0,80 a 1,0 um nível alto” (Mapa da Inclusão e Exclusão, 2004, p. 9).

³ “Conforme a definição do IBGE no Censo Demográfico 2000, o aglomerado subnormal é um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado em período recente, terreno de propriedade alheia – pública ou particular – disposto, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (Mapa da Inclusão e Exclusão, 2004, p. 28).

⁴ “Contudo essa hipótese [de que pobreza e a desigualdade aumentam a violência] é geralmente testada usando dados agregados relacionados às vítimas e pode ser reescrita da seguinte maneira: as taxas de homicídio dos lugares pobres e desiguais são mais altas do que as dos ricos e socialmente homogêneos? De fato, as médias agregadas podem corresponder a muitas situações diferentes, por exemplo, uma renda média alta pode ser acompanhada por alta desigualdade, o que significa que pode haver pessoas ricas, mas também pobres” (Cano, 2001, p. 81).

⁵ 4º) “aqueles interessados em conduzir estudos sobre polícia enfrentam enormes problemas práticos” (Bayley, 2001, p. 19), pois há dificuldade no acesso aos dados por falta de colaboração das instituições ou porque os dados não são catalogados de maneira sistemática.